

CONV 727/03
COR 1

CORRIGENDA À NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: Projecto de texto de secções da Parte III com observações

A página 113 deve ler-se:

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Novo artigo

(a inserir no Capítulo "Mercado Interno")

No âmbito da realização do mercado interno, a lei ou lei-quadro europeia estabelece as medidas relativas à criação de títulos europeus tendo em vista assegurar uma protecção uniforme dos direitos de propriedade intelectual em toda a União, e à instituição de regimes de autorização, de coordenação e de controlo centralizados a nível da União. Os regimes linguísticos dos títulos são estabelecidos por uma lei europeia do Conselho adoptada por unanimidade, sob proposta da Comissão. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

Observações:

Tanto o relatório do Grupo de Trabalho sobre as Competências Complementares como o do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos evidenciaram a conveniência de se prever uma base jurídica explícita para as acções legislativas em matéria de protecção dos direitos de propriedade intelectual. Dado que o ex-artigo 95.º permite a aproximação das legislações, sugere-se que se preveja um artigo separado que constituiria a base para a criação de "títulos europeus" (marcas, patentes, etc.) e de sistemas de autorização e de controlo centralizados. A última frase remete para o ex-artigo 290.º, que prevê a unanimidade no Conselho no que toca às questões relativas ao regime linguístico.